

Valor público e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício e a capacidade de continuidade em exercícios futuros

Em 2020, o Conselho Nacional aprovou 132 Resoluções que tratam de temas tais como:

- Orçamento das unidades e do sistema;
- Autorizações para baixas patrimoniais;
- Recursos a notificações de débito;
- Intervenção no Amapá.

Ao longo do ano, foram realizadas quatro reuniões do Conselho Nacional, das quais três ordinárias e uma extraordinária.

As matérias orçamentárias são as obrigatórias e expressam o planejamento e orçamento por unidade e do sistema. É nesses documentos que o SESI demonstra e reafirma seu compromisso de apoiar o país com educação de qualidade acima do padrão nacional, presente em 501 escolas espalhadas por 4.710 municípios.

Nas reuniões, os membros do Conselho também aprovam os planos de ação e prestações de contas, pelos quais o SESI manifesta o comprometimento em elevar a escolaridade, melhoria na saúde, segurança de vida de trabalhadores, atuando em 114 unidades de vida saudável. Para além disso, o SESI conta com 553 unidades móveis que qualificam jovens e trabalhadores e nove centros de inovação SESI.

Algumas aprovações foram verdadeiros marcos para a forma de condução dos trabalhos no Sistema.

Integridade

Um importante passo para a conformidade do Sistema SESI foi a aprovação de resolução determinando a criação e implementação dos programas de integridade a partir de julho de 2021.

Na ocasião, o presidente do Conselho Nacional do SESI, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, enviou ao Departamento Nacional (DN) e a todos os Departamentos Regionais (DRs) da instituição ofício com orientações para a adoção de programas de integridade e compliance. Na correspondência, Gouvêa Vieira lista cinco iniciativas que devem ser adotadas, respeitada a autonomia de cada departamento: a implementação de programas de integridade; o aprimoramento de controles internos pela implantação da gestão de risco e das auditorias internas; a definição das instâncias responsáveis pela gestão dos programas de integridade; a adoção das recomendações dos órgãos de controle e da legislação vigente sobre transparência de gestão; e o aprimoramento do processo de prestação de contas anual.

Fortalecimento estratégico sistêmico e aprimoramento de gestão

Outra matéria que gerou grande debate foi a aprovação do programa de fortalecimento estratégico sistêmico e aprimoramento da gestão. A proposta aprovada pelos conselheiros prevê que cada Departamento Regional elabore um plano de ação, com o apoio do Departamento Nacional.



Na construção das propostas, serão definidos indicadores únicos, mas com referenciais específicos para cada Estado, respeitando as peculiaridades regionais e permitindo um comparativo de desempenho entre as Federações. Serão cinco indicadores de eficiência, três de eficácia e quatro de efetividade.

O Departamento Nacional auxiliará a área técnica dos regionais no direcionamento de recursos para atividades de educação e saúde do trabalhador e seus dependentes, mantendo a autonomia administrativa e financeira dos Estados.

O desempenho será monitorado pelo DN e pelo Conselho Nacional, anualmente. Na primeira apuração, em julho de 2021, os departamentos regionais que registrarem desempenho abaixo do esperado deverão destinar 5% dos recursos advindos das receitas compulsórias para projetos de melhoria dos índices.

O percentual de destinação de recursos compulsórios aos projetos de aprimoramento de gestão será aumentado a cada ano em que o regional deixar de cumprir as metas estipuladas. No quarto período consecutivo, o CNSESI deverá decidir sobre a possibilidade de intervenção no Estado.

Combate à COVID-19

Os diferenciais estratégicos transformaram-se em ativos valiosos, escassos e de difícil replicabilidade no país. No contexto da maior crise de Saúde dos últimos tempos, a pandemia do coronavírus, o Sistema Sesi não se furtou em dar sua contribuição, seja no conserto de respiradores, na distribuição de máscaras, na criação de manuais, guias completos com medidas de prevenção, planos de contingenciamento, testagem, protocolos de biossegurança, dentre outras. Ação foi rápida porque o contexto era de salvar vidas.

Foi necessário um diálogo muito próximo entre as empresas, os trabalhadores e os governos. Nesse sentido, segundo suas particularidades, esse ano foi de aprendizado e muito diálogo. Mas, compreendendo também o quão é importante o desenvolvimento do país, o Sistema também se concentrou em fazer a roda da economia girar.

Várias medidas econômicas foram tomadas pelo Governo Federal para reduzir os efeitos da COVID. Os conselheiros tiveram a oportunidade de assistir às palestras do subsecretário de Normatização da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, que falou sobre a transformação digital do órgão, desobrigando a presença física de pessoas e documentos, e o esforço da equipe na consolidação normativa, simplificando processos.

Mais recentemente, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, apresentou os desafios para 2021 e ressaltou o papel do setor industrial no Programa “Pró-Brasil”, que tem como principais pilares, em longo prazo, o aumento da produtividade e a consolidação fiscal. No primeiro pilar, o governo pretende combater à má alocação de recursos, melhorar os marcos legais existentes, aumentar a segurança jurídica e concretizar as privatizações e concessões, a abertura econômica e a desburocratização. A consolidação fiscal tem o objetivo de reduzir a razão dívida/PIB.

Durante as plenárias, foram apresentados também exemplos de boas práticas desenvolvidas pelos Departamentos Regionais. O Conselho Nacional serviu como espaço para debate de ideias que ajudaram a mitigar, prevenir e combater os efeitos do vírus na Indústria.

Por iniciativa dos conselheiros, foi criado um Grupo de Trabalho Triparte, para acompanhamento das ações e proposição de temas que envolveram empresas, trabalhadores e governo.



A atividade industrial já deu sinais de aquecimento nos últimos dois meses. O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou, recentemente, que o desafio agora é transformar uma recuperação baseada no consumo e um crescimento sustentado focado em investimentos.